

## ATA NÚMERO 85/XIII/2.ªSL

Aos 28 dias do mês de junho de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

### ORDEM DO DIA

#### Parte I

Audição do Conselho Geral Independente da Rádio e Televisão de Portugal sobre a RTP, nos termos do artigo 5.º, n.º 2, dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A. (10h):

- Professor Doutor António Feijó – (Presidente)
- Professora Doutora Ana Lourenço
- Professor Doutor Diogo Lucena
- Professor Doutor Manuel Pinto
- Diretor do Secretariado Técnico do CGI, Dr. Pedro Jorge Braumann

Audiência da Federação Portuguesa de Surf para apresentação do projeto e dos objetivos desta instituição (11h30):

- João Jardim Aranha, Presidente da Federação Portuguesa de Surf
- Miguel Moreira, Consultor técnico

#### Parte II

1. Informações
2. Apreciação e votação da ata da reunião anterior;
3. Apreciação e votação do parecer do [projeto de lei n.º 521/XIII \(2.ª\)](#) (CDS-PP) -  
Procede à quarta alteração da Lei n.º 39/2009, de 31 de agosto, alterada pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, e pela Lei n.º 52/2013, de 25 de julho, e à alteração do Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança dos Estádios, anexo ao Decreto Regulamentar n.º 10/2001, de 7 de junho, no sentido de possibilitar a existência de sectores devidamente identificados em recintos desportivos nos quais se realizem competições desportivas nacionais de natureza profissional, que permitam aos espetadores permanecer na posição de pé durante todo o jogo:

- Relator: Deputado Pedro Pimpão (PSD)
4. Apreciação e votação da nota de admissibilidade e distribuição da [petição n.º 331/XIII \(2.ª\)](#), de Ricardo Filipe Pais Parente - *Solicita a destituição da Direção do Convento de Cristo*:
- Deputado relator(a): a indicar pelo PS
5. Apreciação e votação do parecer da Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões INVESTIR NA JUVENTUDE DA EUROPA - [COM \(2016\) 940](#):
- Relator: Deputado João Torres (PS)
6. Distribuição da Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece o quadro jurídico do Corpo Europeu de Solidariedade e que altera os Regulamentos (UE) n.º 1288/2013, (UE) n.º 1293/2013, (UE) n.º 1303/2013, (UE) n.º 1305/2013, (UE) n.º 1306/2013 e a Decisão n.º 1313/2013/EU - [COM \(2017\) 262](#):
- Deputado relator(a): a indicar pelo PS
  - Data de apreciação do relatório: 12 de julho
7. Discussão do [projeto de resolução n.º 689/XIII \(2.ª\)](#) (BE) — Recomenda o financiamento do Museu Nacional Ferroviário;
8. Discussão do [projeto de resolução n.º 874/XIII \(2.ª\)](#) (PS) — Recomenda ao Governo a promoção de soluções de financiamento para o Museu Nacional Ferroviário na cidade do Entroncamento;
9. Outros assuntos.

---

## Parte I

### **Audição do Conselho Geral Independente da Rádio e Televisão de Portugal sobre a RTP, nos termos do artigo 5.º, n.º 2, dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A.**

A Senhora Presidente da Comissão deu as boas-vindas ao Senhor Presidente do Conselho Geral Independente (CGI) da Rádio e Televisão de Portugal, Professor Doutor António Feijó, à Professora Doutora Ana Lourenço, ao Professor Doutor Diogo Lucena, ao Professor Doutor Manuel Pinto e ao Diretor do Secretariado Técnico do CGI, Dr. Pedro Jorge Braumann, explicando de seguida a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar.

O Senhor Presidente do CGI, Professor Doutor António Feijó, cumprimentou a Senhora Presidente da Comissão e os Senhores Deputados, de seguida fez uma intervenção inicial referindo, nomeadamente:

- O funcionamento atual da empresa caracteriza-se pela estabilidade;
- O CGI escolhe e indigita os membros do Conselho de Administração e, concomitantemente, dá também ao Conselho de Administração uma série de linhas de orientação estratégica que se corporizam no projeto estratégico;
- O projeto estratégico do atual Conselho de Administração tem sido genericamente cumprido;
- Do ponto de vista de uma política de conteúdos houve uma alteração notória do que é a programação da RTP;
- No que concerne à política de recursos humanos houve inovações: uma limitação de saídas, a política de posições salariais e a integração dos precários;
- A empresa está numa posição de relativa estabilidade financeira;
- No que tange à questão do subfinanciamento da RTP, salientou que a empresa está 82% abaixo do financiamento médio dos operadores públicos europeus.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Sara Madruga da Costa (PSD), Carla Sousa (PS), Paulino Ascensão (BE), Jorge Campos (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP), que colocaram diversas questões designadamente, sobre:

- A estratégia para o serviço público que deverá ser seguida para que a RTP continue a ser um importante fator de coesão social e territorial no país;
- Se o CGI alguma vez foi alvo de ingerência política;
- O grau de autonomia e de independência do CGI relativamente ao poder político;
- Se o CGI tem conhecimento das denúncias feitas pelos sindicatos e pela comissão de trabalhadores sobre o ambiente de trabalho que se vive Centro da RTP Madeira: a prática de assédio moral, a falta de urbanidade, a interferência no trabalho dos jornalistas, a falta de respeito pelos acordos de empresa e deontológico, as más condições de trabalho e as condições remuneratórias. Assim, perguntaram quais as diligências que o CGI pretende tomar para acompanhar esta situação;
- Se a estabilidade da RTP ultrapassa os ciclos políticos;
- Se o CGI entende que estão criadas as condições para que o próximo Conselho de Administração da RTP possa ser um órgão escolhido mediante concurso público;
- No plano de atividades para 2017, uma das obrigações que estava definida para a rádio durante o ano de 2017 era a criação de um manual de procedimentos para situações de emergência nacional. Destarte, questionaram o CGI se está cumprido esse ponto do plano de atividades para 2017;
- A questão do subfinanciamento da RTP devido ao fim das indemnizações compensatórias da RTP.

Os Presidente da CGI respondeu individualmente às questões colocadas pelos Senhores Deputados, tendo mencionado, nomeadamente, que:

- O CGI nunca foi alvo de ingerência política;
- Em relação ao Centro da RTP Madeira, o CGI recebeu um relatório escrito de algumas das situações reportadas pela Comissão de Trabalhadores. Nessa sequência, o CGI contactou o Conselho de Administração que está a tomar atenção a essa questão;
- A estabilidade da RTP tem sobrevivido aos ciclos políticos;
- Na indigitação do Conselho de Administração, o concurso público seria uma modalidade de escolha. Salientou que a lei é omissa em relação à modalidade de seleção do Conselho de Administração;
- O CGI não sabe qual será a modalidade jurídica de nomeação do próximo Conselho de Administração devido ao facto de no dia 11 de setembro três membros do CGI serem substituídos;
- Em relação à rádio e ao manual de procedimentos em momentos de emergência pública, transmitiu que não sabe qual é o estado em que está a elaboração do mesmo.

A Senhora Presidente mencionou que o Senhor Deputado João de Almeida (CDS-PP) levantou uma questão muito importante que tem a ver com o serviço público prestado pela rádio em situações de catástrofe.

Referiu que teve a oportunidade de ter visitado países que sofreram diferentes tipos de catástrofes naturais e, por exemplo, o caso da Áustria era muito interessante nesse domínio porque a informação às populações e aos turistas era feita através de rádio e havia nos postos de turismo a informação de qual a frequência que os cidadãos deviam sintonizar consoante o tipo de catástrofe.

No que tange à defesa da língua portuguesa na RTP e na RDP, a Senhora Presidente salientou que no Relatório consta apenas uma avaliação quantitativa e não qualitativa.

Na segunda ronda de intervenções foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Senhores Deputados Sara Madruga da Costa (PSD), Carla Sousa (PS), Jorge Campos (BE) e Diana Ferreira (PCP), nomeadamente, sobre os trabalhadores da RTP; o domínio dos protagonistas do género masculino; a atualização tecnológica da televisão; e a questão da pluralidade e da diversidade.

O Presidente do CGI respondeu ao conjunto das intervenções tendo referido, nomeadamente, que quanto às tabelas salariais e à progressão na carreira na RTP Madeira, esse facto está condicionado em toda a RTP, a questão de género não é uma questão de episódio é uma questão central a uma democracia. Consequentemente, o entendimento do CGI é que a igualdade do género tem que ser assegurada no operador público.

Diversas informações referentes à audição, nomeadamente a sua gravação, podem ser consultadas na página internet da audição.

### **Audiência da Federação Portuguesa de Surf para apresentação do projeto e dos objetivos desta instituição**

A Senhora Presidente da Comissão deu as boas-vindas ao Senhor Presidente da Federação Portuguesa de Surf (FPS), João Jardim Aranha e ao Consultor técnico Miguel Moreira, explicando de seguida a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar.

Os representantes da FPS expuseram os fundamentos que justificaram o pedido de audiência e que, em síntese, se apresentam:

- O objectivo é concretizar um pouco os principais temas: a segurança nas praias, a legalidade das escolas de surf, a qualidade dos serviços prestados, a qualidade das escolas, o número crescente de praticantes que tem aspetos positivos mormente, a acessibilidade à prática e o fato da oferta ser facilitada por um maior acompanhamento profissional;
- No entanto, o número crescente de praticantes é a grande preocupação da FPS. Com efeito, há o número de duzentos e sessenta mil praticantes que não deixa de ser uma estimativa. No futuro, a FPS pretende ter dados mais concretos;
- De seguida, os representantes da FPS fizeram uma apresentação que pode ser consultada [aqui](#).

Intervieram, de seguida, os Senhores Deputados Joel Sá (PSD), António Cardoso (PS), Jorge Campos (BE) e Diana Ferreira (PCP), que colocaram diversas questões, nomeadamente sobre as praias reservadas para a prática de surf, se a federação portuguesa de surf é portadora ou não de utilidade pública desportiva, a certificação das escolas, a segurança nas praias e o impacto económico que o surf tem tido no país.

Os representantes da FPS responderam ao conjunto das intervenções tendo referido designadamente, que no caso das praias existe um sistema implementado há muitos anos em vários países que são os corredores marítimos, qualquer praia pode ter os corredores marítimos de surf ou de banhos, não pode é haver os corredores mal delimitados; o reforço do papel regulador da FPS; e a necessidade de ser criada nova legislação.

A documentação da audiência, incluindo a gravação vídeo, pode ser consultada na [página internet da Comissão](#).

## **Parte II**

### **1. Informações**

#### **1.1. Iniciativa legislativa**

A Senhora Presidente informou que baixou à Comissão o [projeto de resolução 942/XIII/2.<sup>a</sup> \(PCP\)](#) - Pela preservação das ruínas da antiga cidade romana de Balsa -,

tendo o Grupo Parlamentar do PCP informado que está agendado um projeto de resolução do BE para discussão em Comissão sobre a mesma matéria. Pelo que, solicita a discussão do projeto de resolução 942/XIII/2.<sup>a</sup> (PCP) na Comissão.

**1.2.** No que tange à Conferência sobre “Lisboa, Capital Ibero-Americana da Cultura 2017”, a Senhora Presidente solicitou aos Senhores Deputados contributos, nomeadamente no que respeita ao modelo de Conferência, à indicação de oradores e de temáticas para discussão.

#### **2.** Apreciação e votação da ata da reunião anterior

A ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

**3.** Apreciação e votação do parecer do [projeto de lei n.º 521/XIII \(2.ª\)](#) (CDS-PP) - Proceda à quarta alteração da Lei n.º 39/2009, de 31 de agosto, alterada pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, e pela Lei n.º 52/2013, de 25 de julho, e à alteração do Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança dos Estádios, anexo ao Decreto Regulamentar n.º 10/2001, de 7 de junho, no sentido de possibilitar a existência de sectores devidamente identificados em recintos desportivos nos quais se realizem competições desportivas nacionais de natureza profissional, que permitam aos espetadores permanecer na posição de pé durante todo o jogo:

A Senhora Deputada Susana Lamas (PSD) fez a apresentação do parecer do projeto de lei n.º 521/XIII (2.ª) (CDS-PP) - Proceda à quarta alteração da Lei n.º 39/2009, de 31 de agosto, alterada pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, e pela Lei n.º 52/2013, de 25 de julho, e à alteração do Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança dos Estádios, anexo ao Decreto Regulamentar n.º 10/2001, de 7 de junho, no sentido de possibilitar a existência de sectores devidamente identificados em recintos desportivos nos quais se realizem competições desportivas nacionais de natureza profissional, que permitam aos espetadores permanecer na posição de pé durante todo o jogo -, que foi aprovado por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

**4.** Apreciação e votação da nota de admissibilidade e distribuição da [petição n.º 331/XIII \(2.ª\)](#), de Ricardo Filipe Pais Parente - *Solicita a destituição da Direção do Convento de Cristo*:

A Senhora Presidente submeteu à apreciação a nota de admissibilidade, que foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

**5.** Apreciação e votação do parecer da Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões INVESTIR NA JUVENTUDE DA EUROPA - [COM \(2016\) 940](#):

A pedido do Grupo Parlamentar do PS, este ponto da Ordem do Dia foi adiado para a próxima reunião da Comissão.

**6.** Distribuição da Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece o quadro jurídico do Corpo Europeu de Solidariedade e que altera os Regulamentos (UE) n.º 1288/2013, (UE) n.º 1293/2013, (UE) n.º 1303/2013, (UE) n.º 1305/2013, (UE) n.º 1306/2013 e a Decisão n.º 1313/2013/EU - [COM\(2017\) 262](#):

A Comissão deliberou efetuar o escrutínio desta iniciativa tendo sido indicado relator o Senhor Deputado Ivan Gonçalves (PS), que será apreciado na reunião da Comissão de 12 de julho.

**7 e 8.** Discussão do [projeto de resolução n.º 689/XIII \(2.ª\)](#) (BE) — Recomenda o financiamento do Museu Nacional Ferroviário e do [projeto de resolução n.º 874/XIII \(2.ª\)](#) (PS) — Recomenda ao Governo a promoção de soluções de financiamento para o Museu Nacional Ferroviário na cidade do Entroncamento;

O Senhor Deputado Carlos Matias (BE) apresentou o projeto de resolução n.º 689/XIII (2.ª), referindo, em síntese, que o Museu Nacional Ferroviário do Entroncamento, que, talvez por não ser um museu de uma grande cidade ou de uma capital de distrito, é ainda pouco conhecido, tem um acervo museológico extremamente importante, fazendo o seu património parte da rota dos inúmeros amigos e estudiosos dos caminhos-de-ferro espalhados por todo o mundo.

Referiu também que o Museu Nacional Ferroviário do Entroncamento é um cartaz turístico de grande atratividade e cada vez mais reconhecido, tendo uma das melhores coleções de património ferroviário da Europa.

A verdade é que o museu ferroviário, se bem que criado há pouco tempo, tem vindo a sofrer uma asfixia crescente. Disse também que em dezembro de 2008 o museu tinha uma dotação anual de meio milhão de euros quando do seu espólio fazem parte peças com uma grande dimensão e cuja recuperação e manutenção é extremamente dispendiosa. De então para cá essa dotação anual tem sofrido cortes, fruto do Orçamento do Estado para 2011 e da Lei n.º 1/2012, de 3 de janeiro. Primeiro, sofreu uma redução de 15%, depois mais 30% e em 2013 uma nova redução, o que significa que neste momento a sua verba é manifestamente insuficiente.

Todo este subfinanciamento pode levar ao encerramento do Museu, razão que levou o Grupo Parlamentar do BE a apresentar o projeto de resolução em apreciação para solicitar que sejam tomadas algumas iniciativas em conjunto com os patrocinadores, os proprietários e a Fundação e para que o Governo encontre uma solução para este problema.

O Senhor Deputado Hugo Costa (PS) apresentou o projeto de resolução n.º 874/XIII (2.ª), mencionando, em resumo, que a história da ferrovia em Portugal é longa, tendo mais de 160 anos. O comboio foi fulcral para o desenvolvimento dos territórios e, através do programa de investimento do Governo Ferrovia 2020, continua a ser central para o futuro.

O Museu Nacional Ferroviário foi inaugurado a 18 de maio de 2015, tem um espólio de grande valor patrimonial, constituindo um polo importante de desenvolvimento regional, fator extremamente relevante para captar mais pessoas para a região. Nesse sentido, a iniciativa

em apreço visa a procura de soluções de financiamento com as autarquias e com os agentes nacionais para que seja possível delinear uma estratégia integrada de políticas públicas museológicas que visam a salvaguarda e defesa do museu e a procura de soluções de financiamento.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) mencionou que o Grupo Parlamentar do PCP acompanha as preocupações dos Grupos Parlamentares do BE e do PS e os seus projetos de resolução, na medida em que o património ferroviário português, nomeadamente o Museu Ferroviário do Entroncamento, conta toda a história da ferrovia nacional e do seu desenvolvimento.

A Senhora Deputada Susana Lamas (PSD) referiu considerar pertinentes estas propostas, desejando o Grupo Parlamentar do PSD que o atual Governo dê a devida atenção a estas recomendações e que tome as devidas iniciativas no sentido da sua efetivação.

#### **9.Outros assuntos.**

Na sequência do pedido de palavra da Senhora Deputada Susana Lamas (PSD) e da intervenção da Senhora Presidente, relativa à saída da equipa de apoio à Comissão da funcionária Helena Reis Alves, a Comissão louvou a colaboradora pela dedicação, pela competência, pelo entusiasmo com que sempre deu o seu inestimável contributo e trabalho.

A reunião foi gravada em suporte áudio, fazendo parte integrante da presente ata, encontrando-se o respetivo registo disponível na [página Internet](#).

A reunião foi encerrada às 13 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 28 de junho 2017

**A PRESIDENTE**

**(EDITE ESTRELA)**



### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Cardoso  
Carla Sousa  
Cristóvão Simão Ribeiro  
Diana Ferreira  
Edite Estrela  
Firmino Pereira  
Helga Correia  
Ivan Gonçalves  
Joana Barata Lopes  
João Pinho de Almeida  
Joel Sá  
Jorge Campos  
Luís Monteiro  
Norberto Patinho  
Pedro Delgado Alves  
Pedro Pimpão  
Sara Madruga da Costa  
Susana Lamas  
Ana Mesquita  
Emídio Guerreiro  
Maria Augusta Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão  
João Azevedo Castro  
João Torres  
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro do Ó Ramos